

## O PAPEL DO MUSEU COMO AGENTE POLÍTICO NA GESTÃO DO TERRITÓRIO

APRESENTAÇÃO ORAL. INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

Reconhecidamente, desde que o museu se tornou público, no séc. XVIII, sua função educativa tem sido motivo para justificar sua existência. O tema central da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Museologia, sob o título *Museu, Território, Desenvolvimento – Diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP)*, corresponde à tentativa de demonstrar que, para além de sua função social consubstanciada na ideia de ser, por meio de sua ação educativa, um instrumento de desenvolvimento social e cultural a serviço de uma sociedade democrática, o museu assume crescentemente um lugar de destaque como agente político no contexto em que se insere.

Pressupondo-se que, contemporaneamente, não cabe ao museu apenas o papel de objeto de políticas de Estado, é possível, em especial ao museu-território, apresentar-se também, no exercício da sua função de mediação, como sujeito ativo na formulação de políticas públicas responsáveis pela preservação e administração da memória e do patrimônio cultural como um todo. Implica, nesse sentido, a compreensão de que não basta à comunidade público-alvo se conscientizar de que esses bens sejam significativos para ela, mas que a responsabilidade pela sua preservação e gestão também deve ser por ela compartilhada.

A eleição deste campo de investigação e do tema central da dissertação se insere na linha de pesquisa *Teoria e método da gestão patrimonial e dos processos museológicos*, além de se enquadrar em um dos objetivos estratégicos do Projeto Paranapanema (ProjPar), que é o da valorização e instrumentalização das comunidades com relação às possibilidades de reverter o quadro de desconhecimento e consequente subutilização de seu patrimônio cultural em benefício do desenvolvimento local.

Entendendo-se, como propõe Hugues de Varine (2012, p. 14), que “desenvolvimento local é um processo voluntário de domínio da mudança cultural, social e econômica, enraizado em um patrimônio vivenciado, nutrindo-se deste e gerando patrimônio”, neste diapasão, o objeto de enfoque da pesquisa retoma o conceito de patrimônio integral da Mesa de Santiago, considerando como patrimônio cultural os testemunhos materiais como o patrimônio arqueológico, o patrimônio arquitetônico e urbanístico e o patrimônio ambiental e paisagístico que compõem o seu território patrimonial como também os testemunhos imateriais que compõem os seus indicadores de memória.

Proponho investigar como o museu do século XXI pode encarar essa questão a partir de diretrizes de musealização territorial que de um lado pressupõem a construção coletiva de uma pedagogia museológica baseada num discurso dialógico norteado pelo conceito freireano de educação para a liberdade e de outro lado legitimam o museu como fonte de produção de conhecimento da realidade e espaço de mediação entre a comunidade e seu território patrimonial

No limiar do novo século, reinventando o conceito de ecomuseu, os museus de território concebidos como reação à desterritorialização surgem, no Brasil e no mundo, nas favelas e nos bairros periféricos das regiões metropolitanas, no interior do país e em aldeias indígenas. Estão atrelados às lutas pela cidadania, pela terra, pelo direito de minorias, pelo reconhecimento das culturas marginais e representam uma esperança de construção da sustentabilidade planetária no cenário da sociedade pós-moderna.

A hipótese central da pesquisa, com efeito, é que a musealização territorial pode transformar o patrimônio cultural em recurso para o desenvolvimento sustentável. Assim a propositura do museu como gestor do patrimônio cultural afirma-o como sujeito ativo na definição de políticas públicas de desenvolvimento local, tendo em vista as premissas estabelecidas por Varine, no sentido de que “o desenvolvimento não será sustentável, e, portanto, real, se não for feito em consonância com o patrimônio, e se não contribuir para a vida e para o enriquecimento deste”, bem como de que “o desenvolvimento não pode acontecer sem a participação efetiva, ativa e consciente da comunidade que detém esse patrimônio”. (VARINE, 2012, p. 14)

Nesse sentido, a título de considerações finais, reitera-se a ideia central de que a definição de diretrizes de ação para a musealização territorial se consolida como uma contribuição qualificada para o ordenamento sócio-ambiental do território, por meio da interlocução com outras instâncias de planejamento, uma vez que as questões do controle social do ordenamento e da gestão do território devem ser sempre inseridas nas discussões sobre o patrimônio cultural.

A visão sistêmica proposta para a construção de políticas públicas voltadas para a gestão integrada do território, a partir de um paradigma holístico amparado nos princípios da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, abre caminho para a interface com o planejamento ambiental e com outras instâncias de gestão do território, como as que disciplinam o uso e ocupação do solo, como também abre caminho para a interlocução com outras instâncias de macro planejamento regional.

Assim, as diretrizes propostas para a musealização territorial reposicionam o papel do museu de território como agente político, antecipando uma tendência que, na ótica desta apresentação, se evidenciará ao longo do século XXI. O argumento é que, para além de suas funções social, cultural e educativa, já amplamente reconhecidas, no que tange às ações que desenvolve, o museu de território pode ser potencializado como um espaço privilegiado de mediação no contexto dos embates entre diferentes vozes presentes no processo de negociação pertinente ao conceito de Gestão Integrada do Território, consolidando-se em sua função política de agente do desenvolvimento local.

Se nem sempre conseguem praticar cabalmente o princípio da autogestão do território patrimonial, em comum os museus contemporâneos compartilham a mudança nas relações museais que substituem a tríade público-coleções-edifício pelo trinômio sociedade-patrimônio-território. É neste contexto que os museus de território tomam o patrimônio como recurso de desenvolvimento e tornam-se sistemas complexos de comunicação e de mediação, possibilitando a transformação do patrimônio em herança cultural a céu aberto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Flávio Gomes de – O ordenamento territorial e a geografia física no processo de gestão ambiental. In **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial** / Milton Santos et al. – Rio de Janeiro: Lamparina, 3ª ed., 2011, p. 332-352.

BRUNO, M. C. O. **Musealização da Arqueologia: Um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema**, São Paulo. 1995. Tese de Doutorado da FFCHL-USP. Orientador: Dr. José Luiz de Moraes.

HAESBAERT, Rogério da Costa – Concepções de território para entender a desterritorialização. In **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial** / Milton Santos et al. – Rio de Janeiro: Lamparina, 3ª ed., 2011, p.43-71.

\_\_\_\_\_ – **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em <<http://www.uff.br/observatoriojovem/>>. Acessado em 04.12.2012.

MORAIS, J. L. – **Perspectivas Geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista**. Erechim, RS : Habilis, 2011.

PRIOSTI, Odalice M. – **Ecomuseu, memória e comunidade: museologia da libertação e piracema cultural no Ecomuseu de Santa Cruz** / Odalice Miranda Priosti, Walter Vieira Priosti – Rio de Janeiro: Camelo Comunicação, 2013.

ROCHA, Roberto. **A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil**. Revista Pós Ciências Sociais/ v. 1, n. 11, São Luis/MA, 2009. Disponível em [http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=318&Itemid=114](http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=318&Itemid=114) . Acessado em 06/03/2014.

SOARES, Bruno C. B. - **Entendendo o Ecomuseu: uma nova forma de pensar a Museologia**. Revista Eletrônica Jovem Museologia – Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio. Ano 01, nº. 02, agosto de 2006. Disponível em <http://www.unirio.br/jovemmuseologia>

VARINE-BOHAN, Hugues de. A respeito da Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972), in **O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro – documentos selecionados**. Volume 2, p. 38-43. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

\_\_\_\_\_ - **As raízes do futuro – O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.